



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS

PROURB/RH

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO DOS
RECURSOS HÍDRICOS

PROGERIRH

PROGRAMA DE GERENCIAMENTO E INTEGRAÇÃO DOS
RECURSOS HÍDRICOS

EIXO DE INTEGRAÇÃO JAGUARIBE - ICAPUÍ

PARTE IV - DETALHAMENTO DO PROJETO

TOMO 2 - MEIO AMBIENTE E SÓCIO-ECONOMIA

VOLUME 5 - PROJETO DE AÇÕES MITIGADORAS SOCIAIS

FORTALEZA

OUTUBRO / 1999

JAAKKO PÖYRY



PARTE IV – DETALHAMENTO DO PROJETO

Tomo 2 – MEIO AMBIENTE E SÓCIO-ECONOMIA

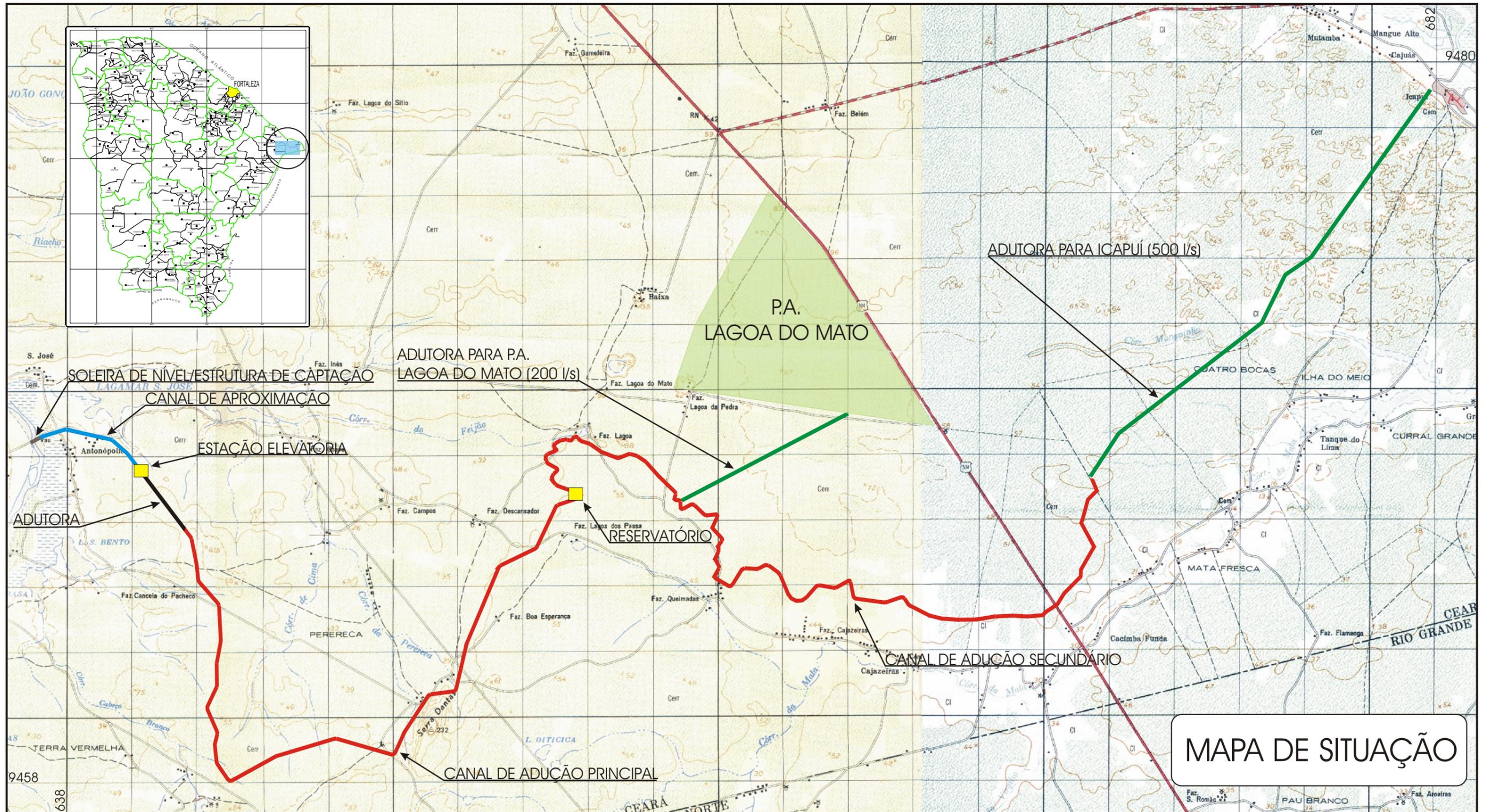
Volume 5 – Projeto de Ações Mitigadoras Sociais

ÍNDICE

ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| MAPA DE SITUAÇÃO..... | 4 |
| APRESENTAÇÃO..... | 6 |
| 1 - INTRODUÇÃO | 9 |
| 2 - CENÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO DA ÁREA-OBJETO DE INTERVENÇÃO | 13 |
| 3 - PROPOSTAS DE AÇÃO..... | 23 |
| 3.1 - AS PROPOSTAS..... | 24 |
| 3.1.1 - Universalização da educação fundamental..... | 24 |
| 3.1.2 - Melhoria das condições de saúde e habitação | 25 |
| 3.1.3 - Elevação, pela capacitação dos recursos humanos, da produtividade da mão-de-obra..... | 26 |
| 3.1.4 - Geração, pelo crescimento, de mais e melhores empregos..... | 27 |
| 3.1.5 - Gestão Participativa | 27 |
| 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS | 29 |
| 5 - EQUIPE TÉCNICA | 31 |

MAPA DE SITUAÇÃO



MAPA DE SITUAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Os serviços executados pelo Consórcio JPE - AGUASOLOS, no âmbito do contrato Nº 05/PROURB-RH/SRH/CE/98, assinado em 29/1/1998 com a Secretaria dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará (SRH-CE), têm como objeto a **Elaboração dos Estudos de Economia, Meio Ambiente e Sócio-Economia e dos Projetos de Engenharia das Obras de Integração do Eixo Jaguaribe – Icapuí.**

Desenvolvidos em atendimento aos Termos de Referência, eles abrangem atividades multidisciplinares que, ao seu término, consubstanciar-se-ão nos seguintes relatórios:

RELATÓRIO DE SÍNTESE

PARTE I - RELATÓRIO GERAL

PARTE II - ESTUDOS BÁSICOS

Tomo 1 - Avaliação Global dos Potenciais e Perspectivas

Tomo 2 - Diagnóstico Ambiental

Tomo 3 - Estudos Sócio-Econômicos

Tomo 4 - Estudos Climatológicos

Tomo 5 - Estudos Hidrológicos

PARTE III - ESTUDOS DE ALTERNATIVAS

Tomo 1 - Alternativas para o Eixo de Integração

Tomo 2 - Estudos de Impactos

PARTE IV - DETALHAMENTO DO PROJETO

Tomo 1 - Engenharia

Tomo 2 - Meio Ambiente e Sócio-Economia

PARTE V - OPERAÇÃO DO PROJETO

Tomo 1 - Sustentabilidade Técnica

Tomo 2 - Sustentabilidade Financeira

Tomo 3 - Sustentabilidade Administrativa

Tomo 4 - Sustentabilidade Ambiental

Tomo 5 - Sustentabilidade Social

O presente relatório foi elaborado ao término da fase dos estudos de alternativas, e se constitui no **Volume 5 – Projeto de Ações Mitigadoras Sociais, Tomo 2 – Meio Ambiente e Sócio-Economia, integrante da Parte IV – Detalhamento do Projeto.**

1 - INTRODUÇÃO

O Estado do Ceará, localizado quase em sua totalidade em uma região semi-árida, abriga em seu território 65% da população residentes em áreas urbanas, e 35% em áreas rurais. Tais dados evidenciam uma contínua e sistemática migração em direção aos centros urbanos, gerada pela busca de opções econômicas que possam melhorar a qualidade de vida das populações vulnerabilizadas.

Esse fenômeno vem provocando o inchaço populacional das médias e grandes cidades, incapacitadas de absorver e prover um mínimo de oferta de infra-estrutura, bens e serviços a esses grupos, ocasionando desequilíbrios e comprometendo o planejamento urbano idealizado por seus gestores. Fortaleza, por exemplo, abriga hoje aproximadamente 2 milhões de pessoas, o que equivale a cerca de 30% da população cearense, concentrando 55,97% do PIB do Estado.

Essa macrocefalia econômica em relação ao restante do Estado, ratifica o poder atrativo exercido por esses centros e a falta de um planejamento específico voltado para o desenvolvimento rural que venha a propiciar alternativas viáveis e sustentáveis para as populações ali residentes, notadamente relacionadas à escassez hídrica; tendo em vista a vocação essencialmente agrícola da região rural cearense.

O PROGERIRH em sua concepção busca, justamente, apresentar soluções integradas e integradoras de abastecimento d'água em pólos estratégicos do Estado, pressupondo, entre outros, sistemas de transferência de água, baseados em adutoras, canais e leitos naturais, permitindo a transposição de bacias e a perenização de rios. A concretização desses sistemas de bacias permitirá a mudança de cenário e o incremento das condições de vida das populações.

A definição desses pólos fundamenta-se em estudos extensos e aprofundados dos distintos elementos constitutivos, essenciais para uma intervenção de tal porte. O projeto-piloto que compreende o eixo de integração Jaguaribe-Icapuí, abrange uma área geográfica de 1.900 Km², situadas em áreas pertencentes aos municípios de Jaguaruana, Aracati e Icapuí.

Estudos referentes a aspectos climáticos, solo, meio-ambiente, situação sócio-econômica das populações, bem como relatórios de impacto ambiental e social já foram elaborados e submetidos à análise dos técnicos e da Comissão Local com vistas a definir o trecho mais indicado para a implantação do sistema de adução a partir do Baixo Jaguaribe.

O presente documento vem complementar os dados contidos no Relatório dos Estudos de Impacto Social; refere-se às ações que deverão ser desenvolvidas para responder, às situações sócio-econômicas identificadas como passíveis de sofrer um processo de reversão, para uma efetiva transformação no quadro de miséria e de total falta de condições necessárias para uma sobrevivência digna e humana.

Tais ações deverão contemplar cinco áreas estratégicas, identificadas a partir do Diagnóstico Sócio-Econômico, do Relatório supra e das demandas levantadas junto à população local durante o desenvolvimento da etapa relativa à Participação Social. Esse trabalho objetiva orientar uma proposta de desenvolvimento para a região, que supere o cenário existente na atualidade e as tendências projetadas, caso não se efetivem medidas que possam conduzir à construção de um cenário futuro desejado.

As ações a serem detalhadas no escôpo do trabalho, referenciam-se a partir dos seguintes eixos temáticos:

- Universalização da educação fundamental;
- Melhoria das condições de saúde e habitação;
- Elevação, pela capacitação dos recursos humanos, da produtividade da mão-de-obra;
- Geração, pelo crescimento, de mais e melhores empregos;
- Gestão participativa.

Nessa perspectiva, o estudo deverá conter uma proposta abrangente de combate à situação instalada, de uma forma não residual, contemplando, basicamente, os princípios estratégicos de desenvolvimento sustentável.

O conceito de sustentabilidade envolve a conciliação da eficiência econômica, da equidade social, da liberdade política e da preservação ambiental, em um processo integrado de evolução social.

Ademais, de acordo com o Projeto Áridas¹, a estratégia de desenvolvimento sustentável, é o novo projeto de futuro de que a Região necessita para conquistar a modernidade, construindo uma sociedade eficiente, justa e democrática. Sociedade capaz de integrar, numa perspectiva holística, o homem em seu meio-ambiente, a cultura e a natureza; e de propiciar sadia convivência humana e elevada qualidade de vida.

A questão do desenvolvimento, aqui considerada, não se reporta tão somente aos fatores econômicos, mas consiste em um processo pelo qual um organismo, uma pessoa humana ou um sistema social, **materializa suas capacidades potenciais, atingindo níveis superiores e mais desejáveis de realização e organização.**

A importância deste estudo reside, pois, no caráter de complementaridade à implementação do projeto físico relacionado à engenharia de obras, reconhecidamente contingencial, imprimindo uma perspectiva processual de médio e longo prazos à uma intervenção extremamente relevante, para a revitalização de toda a região abrangida, com repercussões indiretas, inclusive, no meio urbano.

¹ Projeto Áridas - Uma Estratégia de Desenvolvimento Sustentável, IICA/BID/PAPP, 1995, p.90.

2 - CENÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO DA ÁREA-OBJETO DE INTERVENÇÃO

A Região compreendida como eixo de abrangência do Projeto de Integração Jaguaribe-Icapuí constitui-se, de um modo geral, de um cenário composto por extensas áreas pouco adensadas, localizadas intermediariamente ao leito do Jaguaribe e à área litorânea, onde se constata núcleos urbanos de pequeno e médio porte. Observa-se, ainda, reduzida oferta de equipamentos sócio-culturais, alternativas escassas de geração de emprego e renda, concentradas a maioria na agricultura de subsistência, no extrativismo vegetal e na criação de ovinos, caprinos e bovinos.

O trecho selecionado para intervenção, formalmente nominado Alternativa “D2”, é constituído por uma primeira área situada desde Antonópolis, à margem do rio onde ocorrerá a captação da água, desce em direção sudeste até a região situada à cerca de 2,0 Km do povoado Açude João Coelho, segue em direção a Serra Danta, Fazenda Boa Esperança, culminando em seu trecho final na Lagoa dos Passa, doravante denominado *Trecho 1*. A partir deste ponto, considerado de confluência entre todas as alternativas analisadas a priori, segue paralelo ao longo do Córrego da Mata Fresca até próximo ao povoado de Tanque do Lima, abrangendo localidades dos municípios de Aracati e Icapuí, aqui convencionado *Trecho 2*. ([Figura 2.1](#))

No Trecho 1, registra-se a quase inexistência de habitações, merecendo destaque somente os núcleos representados por João Coelho e Serra Danta (PA Bela Vista), perfazendo um total de 85 propriedades, com cerca de 212 famílias. Desse montante, 100% dos homens e 66% das mulheres dedicam-se a atividades agropecuárias e ao extrativismo vegetal.

O Trecho 2, já mais densamente povoado, abrange dezesseis localidades assim distribuídas: Mata Fresca, Tanque do Lima, Cacimba Funda, Cajazeiras, Fazenda Queimadas (P.A. Campos Verdes), Ilha do Meio, Curral Grande e Quatro Bocas, vinculadas ao distrito Mata Fresca, em Aracati; e Gravier, Ninho da Ema, Guagiru, Córrego do Sal, Bebe Água, Peixe Gordo, Lagoa do Junco e Arrombado, pertencentes ao distrito de Manibu, em Icapuí. Nesta área constata-se a existência de minifúndios localizados perpendicularmente aos córregos existentes na área e a utilização de suas áreas imarginais para o desenvolvimento de pequenas plantações;

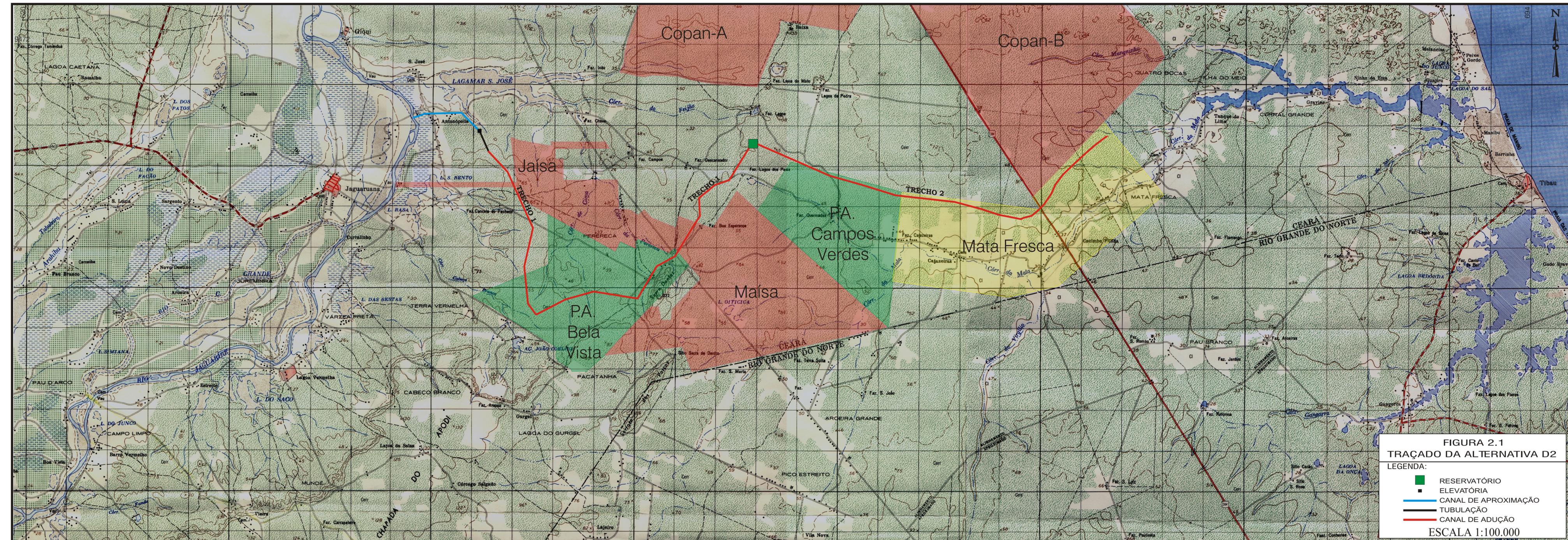


FIGURA 2.1
TRAÇADO DA ALTERNATIVA D2
LEGENDA:

- RESERVATÓRIO
- ELEVATÓRIA
- CANAL DE APROXIMAÇÃO
- TUBULAÇÃO
- CANAL DE ADUÇÃO

ESCALA 1:100.000

nas propriedades situadas mais próximas ao litoral, destaca-se o extrativismo de carnaúba como principal fonte de renda.

Na região do litoral, observa-se uma certa diversificação nas atividades produtivas, sobretudo a inserção do artesanato local (renda, labirinto, bordados) e de pequenos comércios voltados para o fluxo turístico.

A renda média mensal local, de acordo com o Diagnóstico para 50% dos entrevistados, fica entre menos de 1/4 a 2 salários mínimos. A pobreza absoluta, isto é, indivíduos em situação de indigência (até 1 salário mínimo) atinge 11% da população estudada e entre 1 a 2 salários mínimos situam-se outros 39%.

No que se refere às condições de Educação, como já mencionados anteriormente nos Estudos Sócio-Econômicos e de Impacto Social, os serviços oferecidos são precários e deficientes, ocasionando, entre outros, expressivos percentuais de alunos fora da série adequada e de analfabetismo, tanto entre a população jovem quanto adulta, baixa qualificação da população, inclusive registrando-se a ausência de adultos acima de 31 anos em contextos educacionais.

Quanto aos serviços de Saúde, a ocorrência sistemática de doenças imunopreveníveis ou relacionadas à falta de infra-estrutura básica (água potável e saneamento), bem como a carência de serviços de prevenção e de assistência básica médico-odontológica, figuram entre os indicadores mais contundentes. Em toda a área inserida nos 3 municípios, observa-se a existência de apenas 5 postos de saúde (quatro no Trecho 2 e um em Serra Danta) e 2 farmácias.

Entre os problemas mais comuns, destacam-se a desnutrição, desidratação, diarreias, verminoses, gripes/resfriados, a pediculose e a cárie, evidenciando a baixa qualidade das condições disponíveis, inclusive relativas à higiene.

A situação referente ao Saneamento Básico merece destaque especial face a gravidade com que se apresenta; 100% dos domicílios da área pesquisada não se conectam à redes de água e esgoto; quase todas as famílias utilizam-se de cacimbas,

poços ou chafarizes públicos para a obtenção de água. A coleta domiciliar de lixo é inexpressiva, sendo utilizada como solução mais comum a incineração de dejetos em áreas abertas/quintais.

O Núcleo Familiar na área envolve uma série de fatores que reproduzem o modelo tradicional, patriarcal, com um número médio de seis componentes, casa própria, em sua maioria dispo de 4 a 5 cômodos. Algumas famílias habitam em casas cedidas por proprietários de latifúndios, na qualidade de “moradores”.

Finalmente, no tocante a Equipamentos Sociais, a situação difere nos dois trechos. Nos municípios de Aracati e Icapuí registra-se um razoável acesso ao ensino pré-escolar, a postos de saúde, bem como a igrejas e a templos evangélicos e associações comunitárias. É igualmente notório de registro a cobertura nos setores de transporte, comércio e comunicações. Em Jaguaruana, por outro lado, observa-se uma inexpressiva existência desses serviços, o que ratifica o cenário de extrema penúria que assola aquele trecho.

Face ao perfil exposto, é importante que as medidas e projetos mitigadores e transformadores propostos, refiram-se à abrangência da área onde se realiza a intervenção, no entanto, há que se concentrar ações específicas em alguns trechos onde a miséria, a carência absoluta indicam um modelo de vida e de relações extremamente primitivo, observados sobretudo no *Trecho 1*.

A seguir apresenta-se o Quadro Sinóptico Situacional e Propositivo de Ações Mitigadoras.

QUADRO SINÓPTICO SITUACIONAL E PROPOSITIVO DE AÇÕES MITIGADORAS

| SETOR | DISTORÇÕES/CAUSAS | AÇÕES | ESTRATÉGIAS |
|---|--|--|--|
| <p>EDUCAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Distorção Aluno/Série • Analfabetismo | <ul style="list-style-type: none"> • Ingresso tardio na escola • Repetência • Evasão/Retorno • Desqualificação Docente • Falta de condições materiais para o ensino • Desnutrição/Subnutrição • Baixo nível de instrução dos pais • Falta de equipamentos próximos • Inserção precoce no trabalho • Reduzida Oferta Escolar • Insatisfatório Atendimento Pré-Escolar • Falta de Programas de Alfabetização de Adultos • Significativo déficit escolar | <ul style="list-style-type: none"> • Dar prioridade ao ensino básico • Desenvolver uma ação educativa específica, de caráter supletivo, acoplada à formação profissional • Estimular a permanência da criança na escola, evitando a evasão escolar • Melhorar os níveis de escolaridade e de qualificação da população • Promover reciclagem sistemática dos docentes • Implantar programas de alfabetização para adultos, enfocando a realidade rural e temas relativos a esse universo • Assegurar condições materiais (didático-pedagógicas, nutricionais) e de instalações físicas adequadas e acessíveis à população | <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de projetos em parceria com os Governos Estadual e Federal, com Organizações Não-governamentais e com empresas locais para a realização de ações educativas voltadas para a criança e o adolescente (ex: PROARES, CIEDS, Escolas Vivas, Crer para Ver, etc.) e para adultos (ex: Acelera Brasil, Ciclos de Aceleração de Aprendizagem e Trabalhar) • Promoção de uma política de valorização docente e de melhoria salarial a partir de um estudo situacional e consequente implantação de um plano de cargos e carreiras • Garantia de vagas para todas as crianças em idade escolar • Garantia da merenda escolar • Acompanhamento/avaliação do processo ensino-aprendizagem |

| SETOR | DISTORÇÕES/CAUSAS | AÇÕES | ESTRATÉGIAS |
|--|---|---|---|
| <p>CULTURA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Precária e até inexistente oferta de Equipamentos e Serviços Culturais | <ul style="list-style-type: none"> • Falta de valorização e preservação da memória e dos símbolos culturais. | <ul style="list-style-type: none"> • Valorizar a cultura local - costumes, tradições, folclore - e estimular as atividades artístico-culturais dos jovens. • Criar um espaço para o desenvolvimento de atividades sócio-culturais. | <ul style="list-style-type: none"> • Incentivo às comemorações religiosas e folclóricas que reforcem a identidade cultural local. • Apoio às iniciativas da população, estimulando o associativismo, as atividades sociais e recreativas. |
| <p>SAÚDE</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mortalidade Infantil e Materna • Endemias | <ul style="list-style-type: none"> • Falta de Saneamento Básico. • Desnutrição e sub-nutrição • Ocorrência de doenças de veiculação hídrica. • Falta de assistência pré-natal e atendimento médico-odontológico em geral. • Ocorrência de complicações decorrentes do parto. | <ul style="list-style-type: none"> • Erradicar a fome e a desnutrição infantil. • Desenvolver programas de alimentação associados a ações básicas de saúde. • Ampliar a oferta de serviços de saúde e implantar a rede de saneamento básico. • Estimular o aleitamento materno. • Capacitar agentes de saúde locais. | <ul style="list-style-type: none"> • Ampliação e fortalecimento do Programa Saúde da Família. • Promoção de orientação alimentar nos programas de saúde e educação, estimulando o consumo de alimentos de origem local, de acordo com a sazonalidade, rico em ferro e proteínas. • Realização de programas de educação sanitária para todos os segmentos da comunidade |

| SETOR | DISTORÇÕES/CAUSAS | AÇÕES | ESTRATÉGIAS |
|------------------------|--|---|---|
| EMPREGO E RENDA | <ul style="list-style-type: none"> • Desqualificação Profissional. • Baixa escolaridade. • Reduzidas alternativas econômicas. • Falta de uma política creditícia para o pequeno e médio produtores. • Inexistência de sistema bancário ou de concessão de crédito local ou próximo. • Intenso fluxo migratório sertão-grandes cidades. • Elevado índice de pobreza. | <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar a criação de pequenas agro-indústrias. • Modernizar a agricultura de base familiar. • Melhorar os níveis de produção rural. • Identificar e viabilizar as vocações produtivas para gerar mais empregos. • Implementar a utilização extensiva de irrigação. • Capacitar a população vinculada aos setores primário e secundário. • Criar oportunidades para efetiva utilização do potencial dos recursos humanos da região. • Incorporar a população economicamente ativa à produção e ao consumo de bens e serviços. • Fomentar a organização e a capacitação de jovens a partir de 14 anos, desmobilizando o trabalho infantil. • Assegurar as condições necessárias para a pequena produção sustentável. • Elevar a qualidade e a produtividade da agropecuária. | <ul style="list-style-type: none"> • Realização de treinamentos para produção, gerenciamento e comercialização. • Financiamento agrícola. • Orientação técnica aos agricultores quanto a manutenção e recuperação do meio-ambiente. • Desenvolvimento de mecanismos que incrementem o padrão tecnológico da produção rural local. • Escolha de métodos de irrigação que contemplem as características ecológicas e econômicas da área. • Implantação de um programa massivo de capacitação e apoio à agricultura irrigada. • Integração de programas de educação formal e não-formal voltados para a profissionalização dos membros de unidades familiares (grupos de produção familiar). • Financiamento de instrumental de trabalho para o pequeno e médio irrigantes. • Ampliação de oportunidades de trabalho como forma de complementação da renda. |

| SETOR | DISTORÇÕES/CAUSAS | AÇÕES | ESTRATÉGIAS |
|--------------------------|--|--|--|
| RECURSOS HÍDRICOS | <ul style="list-style-type: none"> • Falta de acesso à água. • Baixa produtividade da mão-de-obra. • Esgotamento progressivo dos solos. • Inexistência de sistema de abastecimento d'água e de esgotamento sanitário (infra-estrutura básica). | <ul style="list-style-type: none"> • Promover a mudança do perfil sócio-econômico da área a partir da solução técnica do problema básico de escassez da água. • Assegurar a disponibilidade de água para as atividades produtivas e para o consumo humano. • Otimizar o aproveitamento das potencialidades das águas locais, propiciando a instalação de um novo paradigma na operação de reservatórios públicos, de natureza estratégica. • Aproveitar as novas oportunidades de negócios, resultantes da oferta garantida de água, para a promoção do desenvolvimento da área, com diminuição das desigualdades sociais, redução da pobreza e atenuação da vulnerabilidade às secas. • Ampliar o uso do potencial de recursos naturais disponíveis na região. | <ul style="list-style-type: none"> • Aplicação dos critérios de equidade no aproveitamento das novas oportunidades de progresso face ao melhor uso do potencial hídrico local. • Manejo adequado dos recursos naturais, incluindo a mitigação dos efeitos danosos causados no meio-ambiente. • Desenvolvimento de uma infraestrutura básica que permita a irrigação das culturas e outras atividades sustentáveis. • Implantação de um comitê de usuários da água, de forma organizada, visando promover a melhor utilização desse recurso e assegurar uma gestão transparente, ética e democrática da água. |

| SETOR | DISTORÇÕES/CAUSAS | AÇÕES | ESTRATÉGIAS |
|---|---|--|--|
| ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA/ EDUCAÇÃO SOCIAL | <ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de núcleos urbanos definidos. • Incipiente associativismo. • Falta de condições generalizadas no que se refere à educação e desenvolvimento social. • Desestímulo e apatia frente ao progresso social. • Expressivo índice de famílias na faixa de pobreza absoluta. | <ul style="list-style-type: none"> • Assistir às populações mais vulneráveis. • Promover a organização comunitária voltada para o trabalho associativo. • Desencadear um processo de educação social. • Capacitar os grupos de irrigantes para a gestão comunitária e participativa. • Fortalecer laços familiares e vicinais. • Promover maior eficiência no trato das questões relativas à competitividade no mercado (empregabilidade), organização para apropriação de tecnologias e para a gestão e comercialização dos produtos. | <ul style="list-style-type: none"> • Elevação da capacidade de participação e utilização dos serviços oferecidos pelo setor público. • Melhoria do processo produtivo e sua comercialização, inclusive com a eliminação da figura do intermediário que se apropria de parte do que é gerado pelo pequeno produtor. • Descentralização das decisões e implementação de medidas que incorporem ao máximo as aptidões das comunidades, bem como das organizações. • Capacitação da população. • Promoção sistemática de reuniões técnicas para discussão e encaminhamento de propostas conjuntas relativas às questões locais. • Implantação de programas básicos voltados para a melhoria da qualidade de vida das populações em situação de risco. • Mobilização social. |

3 - PROPOSTAS DE AÇÃO

3.1 - AS PROPOSTAS

A situação constatada a partir dos indicadores identificados e do quadro sinóptico, aponta algumas ações e estratégias que venham a assegurar às populações residentes na área em estudo, condições de melhoria no seu cotidiano com o aproveitamento do potencial humano e material existente, notadamente nas áreas de educação, saúde, cultura, saneamento, emprego/renda, recursos hídricos e educação social.

Trata-se de fortalecer a capacidade local de disponibilizar os serviços básicos - com a ajuda e parceria dos governos federal e estadual e da sociedade - de forma a alcançar a toda a população, **aumentando o seu impacto como fator de qualidade de vida e redistribuição de renda.**

Os eixos temáticos a seguir detalhados objetivam assegurar a coerência e a consistência internas, essenciais para a estruturação de uma proposta de ação integrada, ágil, moderna e que atenda realmente às necessidades da população do trecho selecionado, quais sejam:

3.1.1 - Universalização da educação fundamental

O problema da **Educação** básica em toda a Região Nordeste, bem como na região do Eixo de Integração não foge a esta característica, transcende a questão da escola, porquanto a maioria das famílias em geral não exerce seu papel tradicional na socialização da criança e não há, por outro lado, uma resposta efetiva da escola às expectativas sociais geradas a nível das manifestações retóricas. Há um descompasso, resultando, a nível pragmático, nas altas taxas de repetência e evasão e nos baixos níveis de qualidade do produto educacional.

Há que se buscar as inter-relações entre a educação e as estratégias de desenvolvimento sustentável, adotando como referencial o conceito de qualificação profissional fundamentado na escolaridade básica de bom nível, o que significa **e elevar os padrões de educação e universalizar o ensino fundamental** (de primeiro grau) como requisito mínimo para uma vida ativa em uma sociedade em transformação.

Dessa forma, propõe-se como ação mais significativa na área da Educação o desenvolvimento do ensino fundamental - **universalização do acesso para crianças de 7 a 14 anos**, com a melhoria da qualidade e redução dos indicadores de evasão e repetência, a partir de uma prática pedagógica dinâmica e motivadora, inserida no universo temático local e voltada para a futura inserção produtiva do educando.

3.1.2 - Melhoria das condições de saúde e habitação

A **Saúde**, compreendida como o bem-estar físico e psíquico do indivíduo, é um outro componente fundamental por envolver a situação social do indivíduo como um todo. Os indicadores levantados na área do Projeto evidenciam as situações-problema e as correspondentes populações mais vulneráveis, que requerem uma atenção especial.

No caso, foram identificados como fatores preponderantes as endemias e a mortalidade infantil e materna, exigindo medidas a curto prazo voltadas para as crianças, as gestantes e as nutrizes, **buscando investir mais na prevenção, com ênfase no atendimento básico e humanizado**. Nesta perspectiva, a implantação do Programa Saúde da Família, que atua com enfoque comunitário e de educação para a saúde, faz-se necessário.

Um aspecto de suma importância a considerar nessa perspectiva ampla de Saúde é o Saneamento Básico, considerado, antes de tudo, prevenção de doenças e melhoria na qualidade de vida. Observa-se no perfil epidemiológico do trecho estudado, a persistência de doenças que podem ser reduzidas com ações de saneamento, o que ratifica a concepção destas como sendo, fundamentalmente, ações de saúde pública, devendo ocorrer *pari passu* com a política desse setor e do meio-ambiente.

A redução da mortalidade infantil identificada, por exemplo, poderá ser equacionada com uma ampla cobertura dos serviços públicos de abastecimento d'água e esgotamento sanitário, face à inequívoca relação entre as causas básicas dos óbitos infantis e a falta de saneamento.

Torna-se necessário mobilizar todos os esforços para racionalizar o uso de recursos do setor, evitando a superposição de ações e competências, **investindo maciçamente em programas de educação sanitária para a população**, como forma de sensibilizá-la e integrá-la no esforço comum de criação de uma cultura de preservação do meio-ambiente, essencial para a consecução do objetivo maior de melhoria das suas condições de vida.

A Habitação, entendida como as condições habitacionais em geral - serviços, equipamentos domiciliares e coletivos e meio ambiente - está também intimamente ligada à saúde. A linha básica de atuação consiste em orientar as ações públicas e comunitárias para a melhoria das condições habitacionais daquelas famílias que ocupam domicílios em condições insalubres, com sérios riscos de saúde para seus residentes, bem como situadas em áreas que não dispõem de saneamento básico ou encontram-se em locais degradados ou ambientalmente inseguros.

Em síntese, o componente Saúde requer, uma reorientação de práticas e procedimentos, focalizando adequadamente os problemas e correlacionando-os ao contexto social e econômico e conjugando-os aos padrões aceitáveis de educação básica, moradia, emprego e renda, alimentação adequada, disponibilidade de serviços de água, esgoto e coleta de lixo, melhores condições ambientais e garantia de acesso aos serviços de saúde.

3.1.3 - Elevação, pela capacitação dos recursos humanos, da produtividade da mão-de-obra

Uma outra prioridade diz respeito à qualificação da força de trabalho, especialmente da população economicamente ativa mais jovem, para os desafios do desenvolvimento, advindos com a implantação do PROGERIRH, orientada pelas demandas atuais e potenciais do mercado, tentando reunir, em graus diferenciados, complementação educacional, tecnologia e organização racional do trabalho.

Vê-se como igualmente necessária uma ação educativa específica, de carácter supletivo, voltada para a população pobre adulta, tendo em vista os baixos níveis de

escolaridade prevalentes. Essa ação deve, necessariamente, ser acoplada à formação profissional que propicie inserção mais produtiva na economia.

3.1.4 - Geração, pelo crescimento, de mais e melhores empregos

O componente **Emprego e Renda** deve resultar em uma maior participação da população pobre na produção e no usufruto dos bens e serviços, a partir da integração do conhecimento - obtido com o êxito dos esforços de suplementação educativa e qualificação de adolescentes e adultos - com o crescimento da economia e a conseqüente capacidade de gerar oportunidades de trabalho.

No meio rural, face à predominância da base agrícola, deve haver uma preocupação em revitalizá-la, transformando-a em atividade tecnicamente mais moderna e mais referenciada ao mercado, estimulando a unidade familiar de produção. Para tanto, o acesso à terras agriculturáveis, aos recursos hídricos indispensáveis à irrigação, à eletrificação, ao crédito, à qualificação profissional, à assistência técnica e a formas não espoliativas de comercialização, são fatores igualmente importantes.

Com relação ao emprego, a irrigação apresenta-se como uma alternativa altamente viável porquanto permite a incorporação à atividade econômica de áreas ociosas, uma maior exploração de cultivos diferenciados, além de proporcionar maior intensidade do uso da terra, uma vez que a água se torna permanentemente disponível.

3.1.5 - Gestão Participativa

A execução das ações do PROGERIRH no trecho selecionado requer uma gestão e controle social integrados, envolvendo instituições, mecanismos e instrumentos compatíveis com os desafios e responsabilidades assumidos com o futuro da região e com a filosofia do Programa.

A participação da população, de forma organizada, no processo decisório e no acompanhamento e gestão do Programa é condição fundamental para dar legitimidade e garantir efetividade às estratégias e ações.

O cotidiano é o espaço por excelência da participação, porque nele convivem, de distintas formas, o público, o privado e o estatal. A vida moderna está a exigir, que cada pessoa cuide, solidariamente, do que é de todos - a coisa pública -, para que ela também possa ser sua. Esta é uma tarefa cidadã que deve mobilizar o senso de responsabilidade social da população, cabendo aos gestores públicos viabilizar formas estratégicas de participação popular na defesa dos interesses coletivos e na efetivação de mecanismos que assegurem transparência e maior visibilidade às ações.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração de uma proposta de ação, calcada no desenvolvimento sustentável, supõe o desenho de alternativas desejadas que possam garantir a melhoria da qualidade da vida humana das gerações atual e futura. São considerados, além da preservação do ambiente natural (dimensão ecológica), dois elementos essenciais: a expansão econômica persistente (crescimento) e a ampla difusão dos benefícios deste crescimento entre a população (eqüidade).

As medidas a serem tomadas com vistas ao fortalecimento da capacidade científica e tecnológica, especialmente aquelas relacionadas ao planejamento e a ordenação do uso dos recursos, encontram-se intrinsecamente ligadas ao desenvolvimento social. Daí a importância do investimento em ciência e tecnologia para que se possa prevenir as influências negativas do clima, sobretudo quando se trabalha na produção e armazenagem de alimentos.

Por outro lado, a necessidade da ação interdisciplinar e de uma visão global onde encontrem-se presentes as dimensões ambiental - cultural - econômica - política permite alicerçar uma prática que não se limita a focos contingenciais ou a dificuldades estruturais e conjunturais de ordem econômica, mas acima de tudo permite a geração e adaptação tecnológicas aos valores culturais, às necessidades sociais e às características ambientais.

É fundamental para o sucesso desse empreendimento que as discussões e projetos encaminhados envolvam todos os níveis de decisão da sociedade, a partir de uma visão estratégica de trabalho em parcerias, promovendo a integração e a co-responsabilidade, com vistas a assegurar uma proposta justa de desenvolvimento que venha a responder aos anseios da sociedade local como um todo.

Enfim, a implementação de estratégias de uso sustentado, só torna-se possível na medida em que a sociedade se mobiliza e pressiona os poderes públicos em busca de decisões políticas que assegurem a viabilidade do projeto idealizado e que a população - aqui compreendida em seus diversos segmentos, especialmente os setores produtivos e mais organizados - participa efetivamente na distribuição da riqueza produzida e na sedimentação de uma sociedade mais igualitária e humana.

5 - EQUIPE TÉCNICA

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação Geral

| | | |
|----------------------|------------|---------------------|
| Bernardo Rene Zicman | Engº Civil | CREA – 16401 – D/RJ |
|----------------------|------------|---------------------|

Coordenação Adjunta

| | | |
|---------------------|------------|---------------------|
| Telma Rocha Torreão | Engª Civil | CREA – 10353 – D/PE |
|---------------------|------------|---------------------|

Coordenação de Área

| | | |
|-----------------------------|-----------|---------------|
| Eveline M. Magalhães Corrêa | Psicóloga | CRP – 1566/CE |
|-----------------------------|-----------|---------------|

Equipe Técnica

| | | |
|-------------------|----------|--------------------|
| Iracema Gonçalves | Pedagoga | MEC – 7659 – 72/CE |
|-------------------|----------|--------------------|

| | | |
|--------------------------|---------------|--------------------|
| Elianeiva de Q.V. Odísio | Engª Agrônoma | CREA – 7070 – D/CE |
|--------------------------|---------------|--------------------|